

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“AMIGOS, ESTOU DIZENDO, TEMOS QUE NOS UNIR E LUTAR”: PERCURSOS DA LUTA E RESISTÊNCIA SOCIOPOLÍTICA DE HOMENS E MULHERES INDÍGENAS DE OIAPOQUE

Carina Santos de Almeida

Professora no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da Universidade Federal do Amapá (CLII/UNIFAP). Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). E-mail: carina_almaid@yahoo.com.br

Francinei Narciso Correia

Professor indígena Galibi-Marworno, graduando no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da Universidade Federal do Amapá (CLII/UNIFAP). E-mail: narcisofrancinei@gmail.com

Sinésia Forte dos Santos

Professora indígena Karipuna, graduada no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da Universidade Federal do Amapá (CLII/UNIFAP). E-mail: sinesiafortedossantos@gmail.com

Em 22 e 23 de setembro de 1976, um pequeno grupo de lideranças indígenas de Oiapoque se reuniram na Aldeia Kumarumã e formularam as Assembleias Indígenas dos povos de Oiapoque. Em uma região inacessível por via terrestre e congregados às margens do rio Uaçá, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, essas lideranças promoveram o histórico encontro descrito como “Assembléia dos chefes e representantes dos povos indígenas da região de Oiapoque, do norte do Amapá”. A partir desse evento, formulou-se uma agenda contínua dos povos de Oiapoque, Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi Kali’na e Palikur-Arukwayene, que é chamada até hoje de Assembleias Indígenas.

As Assembleias dos Povos Indígenas de Oiapoque foram apoiadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por alguns agentes que atuavam nos postos locais da Fundação Nacional do Índio (Funai), inaugurando um espaço intercomunitário e intercultural que inclusive fomentou a emergência de organizações e associações que inspiraram as mulheres e os jovens na formulação de seus próprios lugares de representação. Inicialmente, esse percurso de luta e resistência sociopolítica visava reunir os “tuxauas”¹ para o enfrentamento conjunto dos problemas de invasão dos seus

¹ “Tuxauá” é uma expressão utilizada a partir dos anos 1970 na região de Oiapoque, assim como na Amazônia como um todo, para fazer referência ao chefe ou cacique.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

territórios e pela garantia e demarcação de suas terras e territórios, contudo, os objetivos das Assembleias com o tempo foram excedidos.

Na década de 1970 estava ocorrendo muitas transformações na política indigenista nacional, fruto de pressões e denúncias internas, externas e da pretensiosa ação da recém constituída agência da Funai. A Amazônia aos poucos entrou no foco da agenda de políticas públicas que visava a falaciosa defesa e integração nacional. Como tantas outras localidades, a região transfronteiriça de Oiapoque não passou despercebida e os indígenas foram alcançados pelos projetos desenvolvimentistas que prometiam progresso e interligação entre regiões extremamente desarticuladas no território brasileiro.

Desde 1930 o indigenismo estava presente entre os povos de Oiapoque, recomendando a nacionalização e o abasileiramento dos indígenas regionais que não falavam o português, mas suas línguas originárias, dentre elas, uma de base francesa. Nessa perspectiva de historicidade, o objetivo central desse trabalho é destacar a formulação de uma consciência pan-indígena e de indianidade capaz de promover os principais enfrentamentos de luta pela garantia de seus territórios a partir da década de 1970. Tais experiências de autonomia política indígena, de homens e mulheres em movimento, alcançam os tempos hodiernos e nos ensinam que a autonomia dos povos não ficou restrita aos homens, aos chefes e às suas aldeias, constituindo o que Daniel Munduruku denominou de consciência pan-indígena.²

1. Interesses difusos em uma fronteira amazônica

A formulação de uma consciência pan-indígena entre os povos de Oiapoque revelou-se pertinente no contexto histórico vivido, repleto de contradições do indigenismo e de violências de diversas ordens. Chamamos a atenção para o objetivo do primeiro encontro, ocorrido em 22 e 23 de setembro de 1976, exposto no Jornal Mensageiro em 1982: “trocar ideias e **tomar resoluções** a respeito da demarcação da área

² Este trabalho foi construído a partir de outros estudos que promovemos no âmbito do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá, assim, destacamos um capítulo de livro em fase publicação chamado “Amigos, estou dizendo, temos que nos unir e lutar”: o surgimento das Assembleias dos Povos Indígenas de Oiapoque enquanto consciência pan-indígena”, o Trabalho de Conclusão de Curso “As Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque (1976 – 2017)” de Sinésia Forte dos Santos e o Trabalho de Conclusão de Curso “Esta assembléia é de índio e não de branco, e então só índio tem que estar presente”: a organização da Assembleia Indígena Nacional na Aldeia Kumarumã no ano de 1983” de Francinei Narciso Correia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

indígena e também a respeito de **problemas mal entendidos** que **vinham surgindo** ultimamente **entre as diferentes tribos indígenas**".³ Apesar de residindo há tempos em seus territórios, os povos indígenas de Oiapoque conviviam em uma frágil fronteira Brasil/França⁴ e eram entendidos pelo indigenismo como povos em "processo de integração" ou mesmo "integrados" (RIBEIRO, 1996, p. 257 – 265). No destaque da frase, percebe-se uma sensível relação entre os diferentes povos indígenas regionais que passava por "mal entendidos". Essa percepção possivelmente está relacionada com a frágil fronteira e suas redes de relações sociais e comerciais históricas.

O indigenismo presente desde 1930 tentou reconhecer os povos e suas línguas, e enviou ações nas principais aldeias para promover a nacionalização e integração a partir da "escola". Dentre os vários projetos implantados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na região talvez o que mais tenha tido "sucesso" seja a "escola".

É importante considerar que a região do médio e baixo rio Oiapoque, e, mais especificamente, da bacia do rio Uaçá que deságua na baía do Oiapoque e no Oceano Atlântico, são compostos por um conjunto de águas que no período do inverno amazônico avança consideravelmente sobre os campos, escapando apenas dos alagamentos os parques montes, montanhas e suas florestas. As características paisagísticas das terras alagáveis onde vivem os povos indígenas de Oiapoque não se enquadravam nos modelos de projetos econômicos de renda e patrimônio construídos pela agência indigenista e destinados e implementados em boa parte dos postos indígenas do SPI e da Funai no Brasil. Não se enquadravam porque não possibilitavam a pecuária extensiva, a agricultura intensiva e de monocultura, o arrendamento de terras e a exploração e extração de madeira, apesar das tentativas do indigenismo (ALMEIDA, 2015). Além das características paisagísticas que dificultavam a implementação destes projetos econômicos, deve-se considerar a inacessibilidade regional por via terrestre, impossibilitando o fácil escoamento produtivo.

Por outro lado, a região desde o século XIX é alvo da investida de garimpeiros, aventureiros, que aportavam de ambos os lados do rio Oiapoque fortemente influenciados pelas histórias de jazidas de ouro abundantes e com a promessa de eldorados perdidos.

³ Grifo nosso. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, Cimi. Jornal Mensageiro. Circular Interna, edição n.º 18, Belém, 1982.

⁴ A expressão "frágil fronteira" está relacionada com seu processo histórico de constituição, intimamente relacionado ao Contestado Franco-brasileiro que encerrou-se em 1900 com a delimitação da fronteira entre os dois países (ALMEIDA; RAUBER, 2017, p.478).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os povos indígenas regionais eram envolvidos por tais relações “coloniais” e muitas vezes serviam de mão-de-obra para os garimpeiros. Os indígenas também comerciavam com os franceses há séculos e forneciam diretamente para a Europa peles de animais e desde o início do século XX colhiam “*bois du rose*” ou óleo de pau-rosa, essência base da fragrância do perfume Chanel n.º5 (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Nas primeiras décadas do século XX, percebe-se que cada povo indígena agia em consonância com as memórias históricas de suas comunidades, permeadas pelos processos experienciados de escravização nativa e guerras regionais, internacionais e intertribais de séculos passados. Os Palikur-Arukwayene restringiam-se às relações com os franceses e receberam com desconfiança os brasileiros e agentes do SPI. Os Galiby (Marworno) passaram a negociar com o indigenismo do Estado, enquanto os Karipuna construíram estreitas redes de confiança com os agentes do SPI. Portanto, cada povo interagia conforme os preceitos comunitários, sem uma articulação política solidária e intercultural que pudesse congrega interesses indígenas.

A ação do SPI entre os povos indígenas de Oiapoque nunca se pautou em fartura e abundância em face dos poucos meios de sustentação das relações socioeconômicas regionais. Pelo contrário, os próprios agentes do SPI dependiam dos indígenas para poderem se alimentar, inclusive, recebiam modestos salários, realidade comum ao órgão em todo o Brasil. A região era acessível de Belém somente por via marítima em trânsito esporádico fluvial, a moeda brasileira não valia muito se comparada com o franco, o garimpo trouxe à região certa corrida do ouro inflacionando o comércio local, as “colônias” agrícolas implantadas pelo Estado brasileiro não se consolidaram, sendo que as doenças tropicais, como a malária e a febre amarela, mas também o sarampo e a tuberculose, misturavam-se com a desassistência à saúde e a longa distância em relação à cidade brasileira mais próxima. Esse complexo cenário fez da região de Oiapoque um território isolado, seja para as políticas públicas como também para a atração da “colonização” e do “povoamento” até a segunda metade do século XX, contudo, a atuação integracionista chegou.

De forma muito resumida e que em outro momento merece aprofundamento, compreendemos que com o golpe civil-militar de 1964, a mudança de diretrizes do indigenismo em nível regional e nacional (fim do SPI e criação da Funai) e com a adoção

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de uma pauta “desenvolvimentista” para a Amazônia, muitas coisas passam a mudar no Território Federal do Amapá, dentre elas, a pretensa articulação e integração nacional que envolvia os cantões da Amazônia. É exatamente a partir desse complexo cenário que emergem as Assembleias Indígenas dos Povos de Oiapoque.

2. A tessitura das redes de interculturalidade

As Assembleias Indígenas dos Povos de Oiapoque fazem parte atualmente de um calendário anual, e na trajetória histórica, foram capazes de transpor o indigenismo oficial de Estado enquanto pretense “representante” dos povos autóctones, para construir e consolidar um “lugar” de compartilhamento e articulação de anseios que de fato representasse os indígenas regionais, tornando-se canais políticos de fala, escuta e, sobretudo, de ação-articulação até o presente.

O movimento indígena que conhecemos hoje, seja ele regional ou nacional, não é o simples resultado das Assembleias Indígenas constituídas na década de 1970, tanto um quanto o outro são fenômenos de referência para a história recente e possibilitaram a emergência de inúmeras aspirações, além da conquista de consideráveis direitos fundamentais e historicamente negados. As Assembleias tem suas gêneses nas latências⁵ sociopolíticas de contestação dos tempos da ditadura civil-militar brasileira, fazem parte de um contexto mais amplo.

E, para tanto, compreende-se como latências os vários movimentos da sociedade global que emergiram em profusão a partir de 1968. Em nosso país, estes movimentos ergueram-se enquanto crítica às ações ditatoriais do governo civil-militar sobretudo após o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) que cerceou completamente as liberdades democráticas. Em termos de história global, esses movimentos alcançaram também setores da Igreja Católica, promovendo uma renovação consistente, com reflexos no Brasil e que fez surgir o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em 1972, organização não governamental que se tornou parceira dos povos indígenas e que envidou esforços na formulação das Assembleias Indígenas.

⁵ O conceito de latência foi inspirado em Gumbrecht (2014), nas reflexões sobre as instâncias da memória no pós-Segunda Guerra Mundial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nos anos 1960 e 1970, as políticas públicas implementadas pelo estado brasileiro acirraram os conflitos entre os povos indígenas e a sociedade nacional envolvente. Paulatinamente, os contextos regionais da sociedade brasileira confluíram à agenda de desenvolvimento (desenvolvimentismo), que envolvia a ação pioneira, a expansão e a apropriação de espaços considerados devolutos e desabitados na hinterlândia. Por consequência, o estreitamento destas relações deixou rastros de contágios, doenças, genocídio e violência entre os autóctones (DAVIS, 1978; VALENTE, 2017). A emergência de uma “consciência pan-indígena” que se encaminhava para a defesa e o denunciamento acerca das múltiplas violências que alcançavam os povos nativos surgiu entre os líderes indígenas como resposta ao contexto vivenciado, formulando as bases do atual movimento indígena (MUNDURUKU, 2012).

Em perspectiva, pode-se afirmar que o movimento indígena em seu formato contemporâneo é resultado de inquietos esforços dos indígenas em movimento e confluuiu para uma agenda de debate, discussão e luta pela garantia de direitos específicos no âmbito das políticas públicas e da legislação brasileira. Como força de representação nacional dos distintos povos nativos espriados pelo país, ganhou envergadura nas últimas décadas e, fundamentalmente, contribuiu para a afirmação da indianidade enquanto elemento premente da presença e vitalidade das sociedades originárias no mundo global.

A categoria “povos indígenas de Oiapoque” é reconhecida e composta hoje no Brasil pelos Karipuna, Palikur-Arukwayene, Galibi-Marworno e Galibi do Oiapoque ou Galibi-Kali’na. Tais sociedades vivem nas suas Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, na Amazônia setentrional, Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, demarcadas e homologadas em face das reivindicações das lideranças no contexto do movimento indígena regional que se consolidou como força de representação e consciência pan-indígena a partir das Assembleias. Quando as Assembleias Indígenas dos Povos de Oiapoque surgiram, os etnônimos conhecidos destas sociedades não eram, de todo, exatamente estes. Nos documentos da época, os Galibi-Marworno eram conhecidos apenas como “Galibi[y]s” e, entre os seus como *mun uaçá*, e os Palikur-Arukwayene como “Palikurs” ou “Paricu-iene”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pretendemos aqui historicizar um dos fenômenos articulados ao movimento, que é o surgimento das Assembleias entre os povos indígenas de Oiapoque enquanto evento político fundante da consciência pan-indígena e propulsor do próprio movimento no âmbito regional. Em conexão, tanto as Assembleias quanto o movimento indígena foram capazes de potencializar a representação da indianidade das sociedades autóctones de Oiapoque, inaugurando novos capítulos na história regional-global pautados no fenômeno da cordial-diplomacia, que compreende-se como a tessitura incisiva de relações sociopolíticas de cordialidade e diplomacia. Este trabalho é proveniente de nossos estudos dos últimos anos e restringe-se, portanto, a uma incipiente narrativa situada acerca de episódios recentes da autonomia dos povos nativos na história indígena contemporânea.

3. Os “tuxauas” se articulam

A primeira Assembleia dos Povos Indígenas de Oiapoque de 1976 redigiu uma “Carta enviada ao presidente da Funai”, assinada pelas lideranças precursoras do movimento indígena. Na Carta, os tuxauas inauguraram a representação indígena regional e desde então passaram a ser lembrados por seus percursos registrados nas memórias familiares e nos documentos históricos que hoje nos subsidiam. Seus parentes recordam as principais preocupações que cercavam as lideranças, como a difícil luta de todos pela demarcação definitiva das terras que ocupavam e o direito a terem uma educação escolar e saúde diferenciadas e sensíveis às demandas específicas das comunidades (SANTOS, 2018, p.39 e 40).

Se por um lado as dificuldades vividas naquele momento pelo incipiente movimento indígena ativeram-se a dissipar desavenças e inimizades históricas que, porventura, ainda atravessavam o imaginário dos povos, em outra perspectiva tiveram que enfrentar também as distâncias geográficas e simbólicas que os separavam, para então superar as diferenças políticas, socioculturais e linguísticas. Entre o movimento indígena dos povos de Oiapoque, preponderou as aproximações em detrimento das diferenças:

Histórico

No começo de agosto deste ano, Luís Soares dos Santos, filho do tuxaua Manoel Primo dos Santos, teve a idéia de propor uma assembléia de tuxauas e representantes dos grupos indígenas da região de Oiapoque, com a **finalidade de trocar idéias e tomar resoluções a respeito da demarcação** da área

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

indígena e também a respeito de **problemas e mal-entendidos que vinham surgindo ultimamente entre as diferentes tribos indígenas.**⁶

A ideia foi muito bem aceita e foi marcada a data a próxima Assembléia. [...]. (Ata da Primeira Assembleia Indígena dos Povos de Oiapoque, 1976. SANTOS, 2018, p.34)

Esta Ata externaliza a pulverização de ideias e os esforços engendrados para reunir todos com a “finalidade” de “trocar idéias” e “tomar resoluções a respeito da demarcação da área indígena”. Ao contrário das expressivas Assembleias dos dias hodiernos, a primeira Assembleia Indígena dos povos de Oiapoque foi reservada e pequena, contou com a presença das principais lideranças das aldeias daquela época, com os não indígenas representantes dos Postos Indígenas da Funai localizados nos rios Curipi, Uaçá e Urukawá⁷ e com a presença do Cimi.⁸ Com algumas exceções pontuais, praticamente quase todas essas lideranças e representantes são falecidos, mas seus filhos e parentes assumiram a condução das Assembleias e do movimento indígena regional.

No contexto nacional, o movimento indígena brasileiro eclodiu na década de 1970 e 1980, rompendo definitivamente com o indigenismo oficial de Estado que agonizava de forma sistêmica desde o início dos anos 1960. Da crise do SPI, passando pelos enfrentamentos burocráticos e responsabilização da Funai, até se chegar à conquista dos direitos indígenas na Constituição Federal Brasileira de 1988, os povos originários enfrentaram episódios latentes de etnocídio e completo abandono e displicência por parte da proteção tutelar. Metaforicamente, tiveram que construir em conjunto a luta dos povos, para então suplantar inclusive na letra da lei o pressuposto da “tutela” que imperava no indigenismo de Estado, sufocando a autonomia nativa. Os povos indígenas tornaram-se visíveis à sociedade brasileira, eliminaram a “tutela” em 1988, impondo-se na condução de seus modos de vida e na implementação de renovadas políticas públicas.

⁶ Grifo nosso.

⁷ A escrita do rio “Urukawá” pode variar e aparecer como “Urucauá”.

⁸ Estiveram presentes Geraldo Lod dos Galibi do rio Oiapoque, Manuel Primo dos Santos (Coco) e seu filho Luís, da Aldeia “Vila S. Isabel”, hoje nominada apenas Santa Isabel, Raimundo dos Santos da Aldeia Espírito Santo, mais conhecido como Tangarrá, ainda, Paolo Orlando Filho, Leon e mais dois Palikur pela Aldeia Kumenê não nominados, a liderança conhecida como Baixinho da Aldeia Tauari, o tuxauá Manoel Floriano Maciel, as lideranças Felizardo, Ribeiro, Osvaldo e Manoel Guilherme da Aldeia Kumarumã, os não indígenas representantes dos Postos Indígenas da Funai localizados nos rios Curipi, Uaçá e Urukawá (Urucauá), Djalma, Cícero e Frederico e, por fim, o Padre Nello Ruffaldi, representante do Cimi. Ata da primeira Assembleia dos chefes e representantes dos indígenas dos povos indígenas da região de Oiapoque, no norte do Amapá, Kumarumã, Rio Uaçá, 22 e 23 de setembro de 1976 (SANTOS, 2018, p.34 – 40).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quando os tuxauas escreveram a mencionada Carta ao presidente da Funai, Ismarth Araújo de Oliveira, o Amapá ainda era um território federal brasileiro – em 1991 tornou-se Estado –, e a região de Oiapoque, em particular, um cantão da Amazônia setentrional isolado, pouco noticiado e desconhecido dos olhares da imprensa e do indigenismo do país. As lideranças de Oiapoque nutriam com a Carta o objetivo de sensibilizar o general presidente da agência como se fosse possível tocar os sentimentos de um militar: “[...] a terra é tudo para nós. Precisamos de terra para os nossos filhos e netos. A terra para nós é tudo: é a nossa riqueza e a nossa vida. Terra e índio são uma coisa só. Índio sem terra é nada.” Mas a máxima é verdadeira.

Até a homologação das terras indígenas dos povos de Oiapoque que ocorreu em 1982, 1991 e em 1992,⁹ a luta pela demarcação era tema constante em todas as Assembleias. Atualmente, entre tantos assuntos de pertinência, discute-se nas Assembleias a aviventação das terras, onde as equipes organizadas por povo vão aos limites da demarcação e os reafirmam – “limpam” os marcos e limites –, certificando-se de que não há posseiro, grileiro ou quaisquer outras ameaças de esbulho, invasão ou situação que venham a colocar em dúvida a autonomia das terras indígenas.

Antes de ocorrer a primeira Assembleia Indígena de Oiapoque, duas lideranças regionais, o Karipuna Manoel Primo dos Santos, mais conhecido como seu Coco, e o Galibi-Kali’na Geraldo Lod, acompanhados de um personagem singular, o Padre Nello Ruffaldi, participaram da 2ª Assembleia Indígena Nacional que ocorreu na Missão Cururu, do Povo Munduruku, no Estado do Pará, entre 08 a 14 de maio de 1975. Essa experiência era recente, a primeira Assembleia Indígena Nacional havia acontecido um ano antes, de 17 a 19 de abril de 1974, em Diamantino, no Mato Grosso, sem a participação de lideranças indígenas do Amapá.

O estudo de Sinésia Forte dos Santos (2018) dedicou-se as Assembleias dos Povos Indígenas de Oiapoque entre os anos de 1976 e 2017, e destacou seu surgimento e papel exercido pelo personagem mencionado, Padre Nello, membro do Cimi. No Brasil, as Assembleias Indígenas surgem a partir do apoio do Cimi junto aos povos indígenas. O Padre italiano Nello Ruffaldi chegou ao país em 1971 e passou a atender a diocese da cidade de Oiapoque. Em entrevista cedida à pesquisa de Francinei Narciso Correia

⁹ Terra Indígena Galibi, Terra Indígena Uaçá e Terra Indígena Juminã, respectivamente.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(2019), que investigou a realização e organização da Assembleia Indígena Nacional ocorrida em 1983 na Aldeia Kumarumã, o Padre Nello destacou seu primeiro contato com os povos indígenas de Oiapoque em 1971: “Eu cheguei aqui em junho [...]. A primeira descoberta que fiz, que naquela época é que a metade da população era de índio [...]” (CORREIA, 2019, p.13).

Quando o Padre iniciou sua atuação religiosa em Oiapoque, o Cimi ainda não existia, porém, em 1972, ele se associa a instituição não governamental recém criada e vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica, tornando-se o responsável regional pela atuação do Cimi no Amapá e norte do Pará, até seu falecimento em 2019. Em entrevista cedida a Santos em 2015, o Padre Nello relatou que foi a partir da participação na 2ª Assembleia Nacional Indígena de 1975 que trouxeram ideias de mobilização que confluíram para a criação das Assembleias Indígenas entre os povos de Oiapoque: “Então, chegando aqui, o pessoal começou a mobilizar, trocar ideias com outras pessoas, com as outras lideranças, e daí nasceu a ideia de fazer uma primeira Assembleia aqui na área [...]” (SANTOS, 2018, p.16).

Até então os chefes e caciques indígenas Karipuna, Palikur, Galibi (Marworno) e Galibi do Oiapoque (Kali’na) que porventura aparecem descritos na literatura histórica, dedicavam-se em particular e de forma prioritária aos anseios específicos de suas comunidades. As fontes históricas que até o momento se tem acesso não indicam uma articulação política “pan-indígena” na região, quando muito, os chefes citados e descritos agem e falam pelas suas aldeias e sociedades em particular. Mas não se pode descartar a existência de mobilizações pretéritas. As palavras proferidas por Luís Soares dos Santos externalizam o ineditismo da reunião e a inexistência de algo parecido anteriormente em termos de consciência pan-indígena:

Meus amigos, esta é uma reunião histórica. É a primeira vez na história de nossos povos, que nós estamos reunidos em Assembléia para discutir os problemas dos índios e tomar resoluções. [...] **Amigos, estou dizendo, temos que nos unir e lutar.**

Luís Soares dos Santos, liderança Karipuna.

Aldeia Kumarumã – Oiapoque/Amapá, 22 de setembro de 1976.

Até o início dos anos 1970 o papel de articular relações interétnicas entre os povos de Oiapoque calcadas na assistência e na proteção através do Posto Indígena Uaçá foi exercido pelo indigenismo de Estado (SPI e Funai). Este posto foi criado no ano de 1942

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

no local conhecido como “Encruzo”, ponto de encontro e confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, de onde a agência prestava atendimento indigenista, inclusive, estendendo-se às aldeias principais dos povos em Kumarumã, Kumenê, Espírito Santo e Santa Isabel.¹⁰ As fontes históricas inclusive indicam que a expressão “povos indígenas de Oiapoque”, conforme se conhece hoje, ainda não atribuía sentido e identidade coletivos até o surgimento das Assembleias e do movimento indígena.

O SPI e a Funai enquanto indigenismo de Estado não procurou unificar as forças indígenas regionais em direção a uma noção de pan-indianidade ou consciência pan-indígena. Como bem destacou Munduruku (2012), foi a participação dos chefes e líderes em Assembleias nos anos 1970 que os possibilitou perceber a semelhança de seus problemas e a real dimensão da necessidade de unificar ações na defesa dos direitos dos povos, formulando a nascente “consciência pan-indígena” que hoje predomina no movimento indígena e entre os povos indígenas de Oiapoque.

A chegada do Padre Nello e o consequente apoio do Cimi à criação das Assembleias na região parece conduzir à compreensão de que foi esta instituição a responsável pela emergência das Assembleias e do movimento indígena regional. Porém, o contexto histórico não deve ser reduzido. Quando o Padre Nello chega em Oiapoque e o Cimi começa a promover suas ações missionárias que se tornaram bem sucedidas em diversos aspectos, mas que não se pretende abordar aqui, encontram-se complexas latências e emergências de insatisfação dos povos com o indigenismo de Estado, e isso é perceptível quando se analisa os discursos proferidos pelas lideranças nas Assembleias. Apesar do SPI e da Funai imporem historicamente ações e práticas tutelares nas aldeias para alcançar os “objetivos da agência”, como proteção, assistência, nacionalização e integração dos “índios” à sociedade nacional, os povos Karipuna, Palikur, Galibi (Marworno) e Galibi do Oiapoque (Kali’na), aos seus modos e conveniências, conduziam desde tempos imemoriais suas redes de relações, negociação, articulação e resistência com autonomia política, ainda que suas atuações não fossem percebidas dessa forma.

¹⁰ Sobre a atuação do indigenismo do Serviço de Proteção aos Índios entre os povos indígenas da região de Oiapoque e, especificamente, sobre a instalação do Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta em 1941 e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá em 1942, ver Almeida, Oliveira e Oliveira (2017 e 2019).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A política, a língua e as expressões socioculturais nas aldeias representam exemplos plenos de autonomia e resistência. Ao contrário do indigenismo dos noventa que pouco se dedicou a adentrar e vivenciar os mundos indígenas, o Padre Nello enquanto missionário foi ao encontro das sociedades indígenas do rio Curipi para de fato conviver, onde então pode acessar os mundos nativos e aprender a falar o *patuá*, língua dos povos Karipuna e Galibi-Marworno, conhecida hoje como *Kheuól*.¹¹

Falar o idioma autóctone foi e ainda significa muito mais que um ato de comunicação e diálogo, traduz-se em imersão e apreensão social. Os agentes do SPI e da Funai comumente não falavam e sequer aprendiam as línguas nativas, quando muito toleravam-nas e permitiam as manifestações socioculturais. O distanciamento sociocultural era o lócus de uma intransponível diferença. Essa questão é mais complexa do que se abordou aqui. Ao longo da história, os povos indígenas apresentam elementos próprios de resistência e autonomia, sobretudo na política, com isso é importante ressaltar que a autonomia indígena não é apanágio da história recente e não pode ser reduzida de forma simplista ao apoio do Cimi, a criação das Assembleias Indígenas ou a atuação do movimento indígena contemporâneo.

Considerações finais

Atualmente existem dois formatos de Assembleias Indígenas que são promovidas pelos povos de Oiapoque, a Assembleia de Avaliação e a Assembleia Geral. Ambas passaram a ser realizadas de forma independente na década de 1980 e, apesar de articuladas, possuem objetivos e públicos específicos, bem como algumas diferenças metodológicas substanciais que são reformuladas conforme as necessidades das comunidades. A Assembleia de Avaliação apresenta-se restritiva e dedicada a política “interna”, envolvendo basicamente as comunidades indígenas, enquanto isso, a Assembleia Geral mostra-se de abrangência ampla e dialoga com os representantes de instituições e/ou organizações governamentais e não governamentais concernentes a política externa.

¹¹ Essa prática de imersão nas aldeias e comunidades indígenas, onde o missionário vive o cotidiano e aprende a língua, não é novidade na história. No Brasil, houve inúmeras viagens de missionários às aldeias indígenas e a criação de aldeamentos vinculados as diversas congregações da Igreja Católica, sobretudo os Jesuítas, com a anuência e apoio da Coroa Portuguesa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao longo da história das Assembleias, seus formatos, organização e realização foram sendo transformados e adaptados. Com o passar dos anos, as Assembleias Indígenas adquiriam novas características. A Assembleia de Avaliação preconizava um momento onde os povos pudessem conversar entre si e entre os seus, com a finalidade de definir suas pautas de discussão e demandas, para que na Assembleia Geral externalizassem os anseios aos convidados não indígenas das organizações e instituições representativas que poderiam atender à solicitação das comunidades.

Desde a concepção das Assembleias, existe uma rotatividade de aldeias para sediar a sua realização, as Assembleias Gerais que envolvem mais pessoas e instituições sobretudo ocorrem nas aldeias maiores e mais estruturadas. Entretanto, as Assembleias vão transcendendo formatos, constituição, organização e metodologia, são constantemente ressignificadas pelos povos indígenas de Oiapoque, mantendo em essência os elementos imprescindíveis como cordialidade e diplomacia dos povos, características imperativas da política indígena.

A “comitiva” que fez parte da primeira Assembleia de 1976, composta estritamente por lideranças e indigenistas, autoajudou-se garantindo a logística das mobilidades geográficas para que cada representante se integrasse ao movimento. Santos (2018, p. 10 – 15) indica que ao longo da história das Assembleias uma complexa agenda passou a envolver seu início, meio e fim, com diversas atividades previstas, como a realização de missas ou cultos, “cerimônia” de abertura e de encerramento, apresentações culturais, ação e palavra do “pajé”, competições esportivas entre as comunidades e a tão esperada “festa” final. Portanto, as Assembleias Indígenas entre os povos de Oiapoque não podem ser resumidas simplesmente como um ato político, elas transcendem exponencialmente essa noção.

Outro marco singular na história indígena regional foi a realização de uma Assembleia Indígena Nacional que reuniu entre os dias 30 de abril e 02 de maio de 1983 na Aldeia Kumarumã diversos povos autóctones do Brasil. O estudo de Correia (2019) abordou a organização desse singular evento de abrangência nacional, destacando sua preparação, realização, execução, pautas de discussão e resultados.

O Jornal Mensageiro n.º 18 de 1982, periódico organizado pelo Cimi em parceria com os povos indígenas de Oiapoque, trouxe a manchete “Os povos indígenas Galibi-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Marworno, Karipuna, Palikur e Galibi de Oiapoque convidam os irmãos índios de todo o Brasil para uma Assembleia Indígena Nacional”. A capa do Jornal apresentou uma “carta convite”, escrita de próprio punho pelo cacique da Aldeia Kumarumã, Manoel Felizardo dos Santos, em 26 de setembro de 1982, sendo subscrita também pelos outros caciques. O teor da Carta se dedicou a convidar os parentes indígenas do Brasil para a Assembleia que ocorreria no ano seguinte. Em termos de Amazônia, deve-se considerar a complexidade de se organizar uma Assembleia desse nível.

Desde o princípio estas Assembleias tiveram o apoio do Cimi e, por se tratar de povos indígenas, a Funai também foi acionada, pois é a agência indigenista oficial do Estado. Por outro, apesar dos homens serem o centro político das Assembleias, elas não ocorreriam sem a ajuda promovida pelas mulheres, tema que merece maior atenção em nossos estudos. As instituições parceiras ajudavam sobretudo no registro audiovisual, nas articulações logísticas e trâmites burocráticos e financeiros. Atualmente, apresentam-se outras organizações indígenas e não indígenas que realizam e são parceiras das Assembleias, como, respectivamente, o Conselho dos Cacique dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), a Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), a Organização Indígena de Jovens de Oiapoque (OIJ) e o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPÉ), entre outros.

Os organizadores das Assembleias, desde a primeira experiência em 1976, costumam redigir uma “carta” ou “documento final” que norteia as reivindicações do movimento indígena e que se destina ao presidente do órgão indigenista e, na contemporaneidade, aos governos municipal e estadual.

O estudo de Silva (2020) sobre o processo de demarcação das TIs Uaçá, Juminã e Galibi acusa um elemento singular e emblemático existente entre os povos de Oiapoque, a “diplomacia”. Acrescenta-se aqui a noção de cordialidade, por se tratar também de uma característica imperativa, forte e expressiva na tessitura das relações históricas de reciprocidade presente no *ethos* dos povos. À medida que os indígenas de Oiapoque venceram as diferenças pregressas e consolidaram uma agenda conjunta de lutas por direitos que se traduziu no que conhecemos hoje como “movimento indígena” – que abarca temporalmente os anos 1970 até o presente –, a cordial-diplomacia indígena que nitidamente visualizamos passou a prevalecer nas relações externas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A cordial-diplomacia trata-se, portanto, de um fenômeno constituinte da política das sociedades indígenas de Oiapoque pouco descrito e analisado na literatura – ainda que em grande medida intrínseco –, é característica dos sistemas regionais e candente de problematização. Os estudos sobre as sociedades e suas relações nas Guianas, mais especificamente àqueles que englobam os povos indígenas de Oiapoque, indicam que nesta vasta região dispunha-se um complexo mosaico étnico-cultural e um tecido sociopolítico pulsante que foi impactado e transformado pelos processos decorrentes do colonialismo na América.¹² Portanto, pressupor que a autonomia indígena entre os povos de Oiapoque seja episódio recente da história indígena, ou que o movimento indígena tenha nascido na década de 1970 impulsionado pela atuação do Cimi, reflete-se em uma análise simplista e equivocada. O atual formato do movimento indígena regional é resultado de inúmeras influências permeadas pelas experiências históricas e imemoriais. Os contextos sociopolíticos do passado e atuais envolvem uma cadeia de intercâmbios e interesses que oxigenam as cenas políticas dos povos de Oiapoque.

Nessa perspectiva, as Assembleias são latências-emergências das sociedades indígenas, mimetizam-se em grandes conferências de chefes incumbidos e capazes de reivindicar interesses uníssonos. Cada liderança do povo Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi-Kali na presente nas Assembleias representava seu povo e aldeia, mas no documento final convergiam à pan-indianidade, vencendo a intromissão da agência indigenista e construindo canais fluídos da política indígena contemporânea. Em decorrência disso, conquistaram espaços de representação inclusive na estrutura de estado do Amapá, como a criação da Secretaria Especial dos Povos Indígenas (SEPI), o Núcleo de Educação Indígena (NEI) vinculado à Secretaria de Educação do Estado, o Núcleo de Saúde Indígena (NESI), assim como na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com a criação de um curso de formação específico para a Educação Escolar Indígena com a Licenciatura Intercultural Indígena, entre tantos outros espaços importantes e representativos. O mundo contemporâneo agrega novos desafios, mas a consciência pan-indígena veio para permanecer.

Referências

¹² Existem estudos e pesquisas importantes que abordam em alguma perspectiva as relações sociopolíticas e de autonomia dos povos indígenas de Oiapoque. Dentre esses, destacam-se alguns, como Gallois (2005), Tassinari (2003) e Capiberibe (2007).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALMEIDA, Carina S. de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense**. Tese. PPGH/UFSC. Florianópolis, 2015.

ALMEIDA, Carina S. de; OLIVEIRA, Leônia R.; OLIVEIRA, Lilia. **Atuação do Serviço de Proteção aos Índios entre os Povos Indígenas de Oiapoque**. In: BRITO, A. U.; DALMÁCIO, C. E. C; SIMÕES, H. C. G. Q. (Orgs.). Ciências Humanas. Macapá: UNIFAP, 2017. p.41 – 65.

ALMEIDA, Carina S. de; OLIVEIRA, Leônia R.; OLIVEIRA, Lilia. “No tempo do SPI”: proteção e indianidade entre os Povos Indígenas de Oiapoque. **Revista Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 79-102, jan./abr. 2019.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo**. São Paulo: FAPESP/NUTI/ANNABLUME, 2007.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, Cimi. **Jornal Mensageiro**. Circular Interna, edição n.º 18, Belém, 1982.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, Cimi. **Jornal Mensageiro**. Circular Interna, edição n.º 20, Belém, 1983.

CORREIA, Francinei Narciso. “**Esta assembléia é de índio e não de branco, e então só índio tem que estar presente**”: a organização da assembleia indígena nacional na Aldeia Kumarumã no ano de 1983. TCC, Curso de Licenciatura Intercultural Indígena/CLII/UNIFAP, Oiapoque, 2019.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do milagre**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GALLOIS, Dominique T. (Org.). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**. Latência como origem do presente. São Paulo: EDUNESP, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SANTOS, Sinésia Forte dos. **As Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque (1976 – 2017)**. TCC, Curso de Licenciatura Intercultural Indígena/CLII/UNIFAP, Oiapoque, 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, Meire Adriana. **Galibi Marworno, Palikur, Galibi Kaliña e Karipuna:** Demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP – Amazônia. Tese. PPGCS – UNESP/Araraquara, 2020.

TASSINARI, Antonella I. M. **No bom da festa.** São Paulo: EDUSP, 2003.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas.** São Paulo: Cia das Letras, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.